

HABEAS CORPUS Nº 480.397 - SC (2018/0311527-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
LUDMILA GRADICI CARVALHO DRUMOND - SC036422
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : MARIA TEREZINHA PATRICIO DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MARIA TEREZINHA PATRICIO DA SILVA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Agravado em Execução n. 0009549-04.2018.8.24.0020).

Consta dos autos ter o Juízo das Execuções Penais indeferido o pedido de prisão domiciliar formulado em favor da paciente.

Irresignada, a defesa ingressou com recurso, tendo o Tribunal de origem negado provimento ao agravo em execução nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 644):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. APENADA QUE CUMPRE PENA EM REGIME SEMIABERTO PELA PRÁTICA DE CRIMES DE TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. POSTULADO O DEFERIMENTO DE PRISÃO DOMICILIAR, MEDIANTE MONITORAMENTO ELETRÔNICO, FUNDAMENTADA NA INEXISTÊNCIA DE ESTABELECIMENTO ADEQUADO PARA O RESGATE DA PENA EM REGIME SEMIABERTO. INACOLHIMENTO. APENADA QUE NÃO SE ENQUADRA EM NENHUMA DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 117 E 146-B, INCISO IV, AMBOS DA LEP. INVIABILIDADE DE CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR DE IMEDIATO. INTERPRETAÇÃO DA SÚMULA VINCULANTE N. 56 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADEMAIS, DETERMINAÇÃO CONTIDA NA DECISÃO PARA TRANSFERÊNCIA DA APENADA PARA O PRESÍDIO FEMININO DE CRICIÚMA, ESTABELECIMENTO PENITENCIÁRIO QUE SE MOSTRA ADEQUADO PARA RECEBER DETENTAS NO REGIME INTERMEDIÁRIO. PRECEDENTES DESTA CORTE E DOS TRIBUNAIS SUPERIORES. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

No presente *writ*, sustenta a impetrante constrangimento ilegal no indeferimento do pleito de prisão domiciliar, tendo em vista que a paciente se encontra

cumprindo pena em local incompatível com o regime semiaberto – Presídio Feminino de Criciúma/SC, destinado às presas em regime fechado –, de modo que lhe deve ser possibilitado o desconto da pena em regime mais brando e não em regime mais gravoso.

Busca, inclusive liminarmente, seja reconhecido "*o direito da paciente ao cumprimento da reprimenda em prisão domiciliar ou em regime aberto, sem recolhimento, mediante monitoramento eletrônico enquanto aguarda vaga no sistema carcerário estadual em regime semiaberto ou até julgamento do writ*" (e-STJ fls. 12/13).

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 724/726).

Foram prestadas as informações (e-STJ fls. 730/740 e 744/782).

O Ministério Público Federal, ao se manifestar, opinou pelo não conhecimento do presente *writ* em razão da perda de seu objeto (e-STJ fls. 784/786).

É, em síntese, o relatório.

Consoante se verifica das informações prestadas pelo Juízo da Vara de Execuções Penais da Comarca de Criciúma/SC, "*em 23/11/2018 foi prolatada decisão deferindo, em favor da reeducanda, a **progressão ao regime aberto**, programada para o dia 04/01/2019*" (e-STJ fl. 736, grifei).

Nessas circunstâncias, diante da alteração da realidade fática dos autos, ocasionada pela progressão da sentenciada ao regime aberto, forçoso é reconhecer a perda superveniente do objeto da presente impetração, a qual objetivava que fosse reconhecido "*o direito da paciente ao cumprimento da reprimenda em prisão domiciliar ou em regime aberto, sem recolhimento, mediante monitoramento eletrônico enquanto aguarda vaga no sistema carcerário estadual em regime semiaberto ou até julgamento do writ*" (e-STJ fls. 12/13).

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator